



**ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU –  
Aposentados, Pensionistas ou Beneficiários do Amparo Assistencial ao Idoso**

Requerente: \_\_\_\_\_

End. de Corresp.: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

Complemento: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

RGº \_\_\_\_\_ C.P.F. nº \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

(O preenchimento do endereço eletrônico acarretará na preferência pela Administração para comunicação dos atos e decisões com presunção de ciência na data de confirmação de leitura, ou 5 (cinco) dias após o envio, nos termos do art. 113, VI e 114, III, da Lei 3196/2013, portanto, efetue a liberação do domínio @salto.sp.gov.br no seu provedor de e-mail).

Nos termos do artigo 207, VI, do Código Tributário Municipal, Lei 3196/2013, e Decreto 95/2018, apresento pedido de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, do imóvel:

Inscrição Imobiliária: \_\_\_\_\_

Logradouro: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

Lote: \_\_\_\_\_ Quadra: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

A presente requisição se fundamenta pela seguinte matéria de fato e/ou de direito, de acordo com a Lei 3196/2013 e, neste sentido, **DECLARO**, sob minha responsabilidade que:

- Não exerço direitos reais sobre a totalidade ou fração ideal de outro imóvel;
- Percebo renda proveniente exclusivamente de prestação previdenciária, não superior a 35% (trinta e cinco por cento) do valor máximo dos benefícios de natureza continuada pagos pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, R\$ 2.043,80 (dois mil e quarenta e três reais e oitenta centavos);
- A minha renda familiar mensal não ultrapasse 03 (três) salários mínimos – R\$ 2.994,00 (dois mil novecentos e noventa e quatro reais);
- O uso do imóvel em que resido é exclusivamente residencial;
- A área edificada do imóvel é igual ou inferior a 150m<sup>2</sup> (cento e oitenta metros quadrados) e o terreno é igual ou inferior a 200m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados);

**FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO**

**Dados do Requerente:**

Renda Média Mensal do requerente no exercício de 03/2018 a 04/2019:

R\$ \_\_\_\_\_.

Estado Civil:

Solteiro(a), conforme certidão de nascimento atualizada apresentada em anexo;

Casado (a) Nome do Cônjuge: \_\_\_\_\_,  
conforme certidão de casamento anexa;

Divorciado(a), conforme certidão de casamento anexa;

Viúvo(a), conforme certidão de óbito anexa;

União Estável: Nome do Companheiro (a): \_\_\_\_\_.



Possui filhos (as):  Sim  Não

**(Preencher as informações abaixo somente nos casos de possuir filhos (as))**

Nome do Filho (a): \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ RG nº \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_

Reside no imóvel em que se pleiteia isenção:  Sim – Renda R\$ \_\_\_\_\_

Não (Se não reside no imóvel informar o endereço de domicílio abaixo):

\_\_\_\_\_  
(Necessário apresentar comprovante de residência quando informado domicílio em local diferente ao endereço do imóvel em que se pleiteia isenção)

Nome do Filho(a): \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ RG nº \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_

Reside no imóvel em que se pleiteia isenção:  Sim – Renda R\$ \_\_\_\_\_

Não (Se não reside no imóvel informar o endereço de domicílio abaixo):

\_\_\_\_\_  
(Necessário apresentar comprovante de residência quando informado domicílio em local diferente ao endereço do imóvel em que se pleiteia isenção)

Nome do Filho(a): \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ RG nº \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_

Reside no imóvel em que se pleiteia isenção:  Sim – Renda R\$ \_\_\_\_\_

Não (Se não reside no imóvel informar o endereço de domicílio abaixo):

\_\_\_\_\_  
(Necessário apresentar comprovante de residência quando informado domicílio em local diferente ao endereço do imóvel em que se pleiteia isenção)

Nome do Filho(a): \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ RG nº \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_

Reside no imóvel em que se pleiteia isenção:  Sim – Renda R\$ \_\_\_\_\_

Não (Se não reside no imóvel informar o endereço de domicílio abaixo):

\_\_\_\_\_  
(Necessário apresentar comprovante de residência quando informado domicílio em local diferente ao endereço do imóvel em que se pleiteia isenção)

Nome do Filho(a): \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ RG nº \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_

Reside no imóvel em que se pleiteia isenção:  Sim – Renda R\$ \_\_\_\_\_

Não (Se não reside no imóvel informar o endereço de domicílio abaixo):

\_\_\_\_\_  
(Necessário apresentar comprovante de residência quando informado domicílio em local diferente ao endereço do imóvel em que se pleiteia isenção)

Nome do Filho(a): \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ RG nº \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_

Reside no imóvel em que se pleiteia isenção:  Sim – Renda R\$ \_\_\_\_\_

Não (Se não reside no imóvel informar o endereço de domicílio abaixo):

\_\_\_\_\_  
(Necessário apresentar comprovante de residência quando informado domicílio em local diferente ao endereço do imóvel em que se pleiteia isenção)



**Demais residentes não informados acima:**

Nome: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ RG nº \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_

Parentesco: \_\_\_\_\_ Renda R\$: \_\_\_\_\_.

Nome: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ RG nº \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_

Parentesco: \_\_\_\_\_ Renda R\$: \_\_\_\_\_.

Nome: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ RG nº \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_

Parentesco: \_\_\_\_\_ Renda R\$: \_\_\_\_\_.

Nome: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ RG nº \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_

Parentesco: \_\_\_\_\_ Renda R\$: \_\_\_\_\_.

Autorizo a fiscalização “in loco” pela Fazenda Pública no imóvel informado afim de se constatar a veracidade das informações por mim apresentadas, como também o registro fotográfico para o devido apontamento da vistoria nos autos.

Ciente que de acordo com o artigo 209 do Código Tributário Municipal a isenção será obrigatoriamente cancelada quando:

- I. verificada a inobservância dos requisitos para sua concessão;
- II. desaparecidos os motivos e circunstâncias que determinaram a sua outorga;
- III. comprovada utilização de fraude ou simulação do beneficiado ou de terceiros para sua obtenção.

Ciente ainda, que a declaração firmada por mim destinada a fazer prova de residência, pobreza e de dependência econômica, quando comprovadamente falsas, sujeita-me as sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Salto, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável/Procurador



Não preencher, campos de uso exclusivo da Administração no ato de protocolo do requerimento para conferência da documentação exigida. (Será fornecida uma cópia ao responsável após o protocolo).

**CÓPIAS DA DOCUMENTAÇÃO QUE DEVE SER APRESENTADA NO ATO DO PROTOCOLO:**

- Matrícula atualizada do imóvel com data de emissão inferior a 90 (nove dias) e escritura, contrato de compra e venda ou formal/certidão de partilha, caso o imóvel não esteja registrado no cartório em nome do requerente, passível de dispensa nos pedidos de renovação nos termos do parágrafo único deste artigo;
- RG e CPF do proprietário/requerente;
- Certidão de Nascimento atualizada, quando declarado pelo requerente ser solteiro (a), passível de dispensa nos pedidos de renovação do artigo 5º do Decreto 95/2018
- Certidão de Casamento atualizada nos demais casos e a certidão de óbito do cônjuge se declarado viúvo (a), passível de dispensa nos pedidos de renovação nos termos do parágrafo único do artigo 5º do Decreto 95/2018;
- Declaração e cópias do RG, CPF e da carteira de trabalho de todos os residentes indicados,
- Recibos de pagamento, comprovantes de rendimentos de todos que residem no imóvel, do período de 03/2018 a 04/2019;
- Extrato do benefício recebido do INSS da competência anterior à data de protocolo do pedido;

Nos termos do artigo 96, 126 do Código Tributário Municipal, Lei 3196/2013, fica o responsável ou seu representante notificado a apresentar no prazo de 20 (dias), contados da data de protocolo, as cópias dos documentos não apresentados no ato da petição, sob pena de indeferimento do pedido e arquivamento do processo.

Salto, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável/Procurador

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Servidor responsável pela conferência

- Na conferência dos documentos de apresentação obrigatória, somente serão assinalados pelo servidor que proceder a conferência, os campos dos documentos entregues pelo responsável no ato do protocolo, devendo os demais documentos não assinalados ser apresentados para juntada nos autos no prazo de 20 (vinte) dias.
- A documentação faltante deve ser apresentada no setor de Tributação, localizado à Rua José Revel, 270 – Centro – Salto/SP – Segunda à Sexta – 08h às 17h.